



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ISMARA MILENA ARAÚJO DE SOUSA

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA): UM OLHAR PARA O PROGRAMA EDUCARE NO
MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB**

**SUMÉ - PB
2023**

ISMARA MILENA ARAÚJO DE SOUSA

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA): UM OLHAR PARA O PROGRAMA EDUCARE NO
MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Educação do Campo
do Centro de Desenvolvimento Susten-
tável do Semiárido da Universidade
Federal de Campina Grande, como re-
quisito parcial para obtenção do título
de Licenciada em Educação do Campo.**

Orientador: Professor Dr. Almir Anacleto de Araújo Gomes.

**SUMÉ - PB
2023**



S725a Sousa, Ismara Milena Araújo de.

A avaliação da aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA): um olhar para o programa EDUCARE no município de Sumé-PB. / Ismara Milena Araújo de Sousa. - 2023.

55 f.

Orientador: Professor Dr. Almir Anacleto de Araújo Gomes.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Interdisciplinar de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo.

1. Educação inclusiva. 2. Educação especial. 3. Transtorno do Espectro Autista. 4. Avaliação de estudantes autistas. 5. Programa EDUCARE - Sumé-PB. 6. Formação continuada. I. Gomes, Almir Anacleto de Araújo. II Título.

CDU: 376(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

ISMARA MILENA ARAÚJO DE SOUSA

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UM OLHAR PARA O PROGRAMA EDUCARE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Almir Anacleto de Araújo Gomes.
Orientador - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professora Dra. Denise Xavier Torres.
Examinador Interno - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Me. Alisson Clauber Mendes de Alencar.
Examinador Externo - SEDUC/Sumé-PB - UFPE/CAA**

Trabalho Aprovado em: 16 de novembro de 2023.

SUMÉ -PB

Dedico este trabalho primeiramente à minha mãe, Maria José (Xanha), por sempre estar comigo em todas as situações. És minha força diária e o amor da minha vida. Eu te amo demais, mainha!

Dedico também ao meu pai, Pedro Batista (Pedrozinha), obrigada por tudo, painha, te amo!

Aqui também estendo essa dedicatória ao meu irmão Ismael e a todos que de maneira direta ou indireta, colaboraram para esta pesquisa ser realizada. Gratidão por cada momento, Deus!

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo primeiramente a Deus, por me proporcionar a vida e me dar forças para estar onde estou hoje. Na sequência, agradeço aos meus pais, por me apoiarem nas minhas decisões e, em especial, a minha mãe, que sempre esteve presente comigo em todas as situações, te amo mainha, te amo painha. Também quero agradecer aos meus amigos, os quais tenho como verdadeiros presentes que o CDSA me proporcionou e tenho certeza que cada um de vocês sabe exatamente de quem estou falando, agradeço também pela parceria de alguns colegas que tive durante essa trajetória.

Assim, também quero transmitir meu apreço a cada um dos(as) professores(as) que passaram por minha formação, quero dizer a vocês que todos os ensinamentos foram essenciais e de fundamental importância para chegar até aqui e, claro, levarei os aprendizados para sempre comigo.

Denise, te agradeço por todas as contribuições, desde que iniciamos juntas essa caminhada (sendo minha orientadora), mas por consequências acadêmicas não foi possível chegarmos até o final. És uma excelente profissional, te considero demais e desejo que a gente não perca os vínculos e que sigamos mantendo contato após essa defesa. És um ser de luz, de um coração gigante e com uma paciência enorme (rsrs). Desse modo, também expressei meus agradecimentos a você, Almir, pela cooperação e continuidade neste trabalho de conclusão. Meu muito obrigada, Denise e Almir, por juntos termos concluído essa etapa.

Aqui também quero expressar meus agradecimentos ao mestre Alisson Clauber, o qual não media esforços e sempre estava pronto para tirar dúvidas e disposto a ajudar. Foi um grande parceiro durante essa trajetória acadêmica e te tenho como um grande amigo, espero logo mais estarmos nos encontrando pelos corredores da vida profissional (rsrs). Meu muito obrigada por todas as vezes que precisei e você estava “ali” pronto para auxiliar no que fosse preciso. És um grande profissional e tenho certeza que ainda vai conquistar muitas coisas boas. E obrigada por ter aceitado fazer parte da minha banca de defesa.

Claro que eu não poderia deixar de registrar um dos momentos que passei e ficou marcado durante esse meu momento kkkkk (agora estou rindo por poder ter concluído tudo, mas foi um momento de desespero, literalmente), sim gente, quero dizer a vocês que em um determinado dia de quarta-feira decidi pegar meu TCC e concluir uma grande parte da minha fundamentação teórica, consegui fazer o que queria, fiquei extremamente feliz ao fazer, porém, mal sabia eu que estava prestes a perder tudo dentro de segundos... exatamente, meu querido notebook deu uma pane” e assim perdi todo o meu dia trabalhado, ou seja, tudo o que fiz não

consegui, em hipótese alguma, recuperar... a partir de então, o choro tomou conta de mim, pois a todo momento imaginava que não iria conseguir fazer tudo novamente, enfim, passei semanas angustiada por ter perdido essa parte (o qual tinha me sentido tão realizada ao finalizá-la). Mas, estou deixando aqui registrado esse momento para mostrar que mesmo com todos os empecilhos que aparecer nunca desistam, sigam enfrente que o sucesso logo chegará, pois são momentos assim que nos mostram que somos capazes de fazer e chegar ao que tanto almejamos.

Por fim, mas não menos importante, minha gratidão imensa ao meu eu, sim a mim mesma, por ter conseguido chegar até aqui e ter sido capaz de fazer de tudo para estar prestes a conquistar o diploma de graduada, hoje vejo tamanha importância e o quanto é gratificante está passando por esse momento. Enfim, todas as noites mal dormidas por conta do tcc, os choros e estresses fazem parte do processo e no final tudo fica bem. Sou muito grata pela pessoa que venho me tornando a cada dia e também pelo meu senso de humor (a menina do sorriso, como dizem), acredito que é uma das coisas que mais me deixa realizada, estar bem e transmitir o bem para quem está próximo a mim.

Meu muito obrigada, família, amigos e colegas pelos diversos momentos de parceria. Assim, também agradeço a todos que de maneira direta ou indireta, colaboraram com esse meu trabalho de conclusão! Gratidão por tudo, Deus.

Obrigadaaa!

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo traz o enfoque de uma pesquisa realizada como trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais. Neste sentido, buscou compreender como se dá a oferta ante a Avaliação da Aprendizagem de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados no Programa Educar e Resignificar (EDUCARE) no Município de Sumé-PB. Tendo como referências e leituras fundantes, Caldeira (2000), Carvalho (2010) e Hoffmann (1991). Para tanto, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, de modo que foi aplicado um questionário e uma entrevista semiestruturada, cujas análises dos dados foram realizadas a partir da análise interpretativa. Assim sendo, a pesquisa buscou a compreensão de como ocorre a avaliação desses estudantes, bem como, procurou entender quais os instrumentos/critérios de avaliação que são utilizados. A partir da experiência vivenciada e desenvolvida, fica evidente que uma formação continuada docente dentro dessa área da educação inclusiva, direcionada para a criança com autismo, só irá fortalecer cada vez mais o processo do desenvolvimento de ensino e aprendizagem desses estudantes, visto que irá favorecer os docentes que irão atuar diretamente com os referidos discentes.

Palavras-chave: Avaliação; Formação Continuada; TEA; Educação Especial.

ABSTRACT

This study focuses on a research carried out as a conclusion work for the Degree in Field Education, in the area of Human and Social Sciences. This work sought to understand how the Learning Assessment of Students with Autism Spectrum Disorder (ASD) enrolled in the Educate and Resignify Program (Programa Educar e Resignificar - EDUCARE) in Sumé, PB is carried out. Its foundational references and readings are Caldeira (2000), Carvalho (2010) and Hoffmann (1991). To this end, a research was carried out with a qualitative approach, applying a questionnaire and a semi-structured interview, in which, data analyzes were carried out based on interpretative analysis. Therefore, the research sought to understand how these students are evaluated, as well as understand which evaluation instruments/criteria have been used. The results show that continued teacher education within the area of inclusive education, aimed at children with Autism Spectrum Disorder, will only increasingly strengthen the process of teaching and learning development for those students, as will favor teachers who works directly with them.

Keywords: Assessment; Continuing Education; ASD; Special education.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Localização da escola Presidente Vargas.....	38
Imagem 2 -	Turma multisseriada 6º/7º ano - turno da manhã.....	41
Imagem 3 -	Turma multisseriada 8º/9º ano - turno da manhã.....	41
Imagem 4 -	Turma multisseriada 8º/9º ano - turno da manhã (mesma turma da imagem 4).....	42
Imagem 5 -	Turma multisseriada 8º/9º ano - turno da tarde.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais expressões da cultura sumeense	34
Quadro 2 - Dados físicos da escola	36
Quadro 3 - Instrumentos da produção de dados utilizados na pesquisa	44
Quadro 4 - Distribuição das escolas do município de Sumé	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1	DIREITOS EDUCACIONAIS PARA ATENDER EDUCANDOS COM DÉFICIT DE APRENDIZAGEM.....	16
2.1	A ESCOLARIZAÇÃO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO REGULAR.....	21
2.3	A AVALIAÇÃO E OS DESAFIOS DO AUTISTA NO COTIDIANO ESCOLAR.....	24
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	31
3.1	CAMPO DE PESQUISA.....	33
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SUMÉ.....	36
3.3	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PRESIDENTE VARGAS.....	36
3.4	CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA EDUCARE.....	39
3.5	SUJEITOS.....	43
3.6	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	43
4	MAPEAMENTO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS.....	51
	APÊNDICE A.....	54
	APÊNDICE B.....	55

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo resulta de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido na Universidade Federal de Campina Grande no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Campus de Sumé – PB, no curso de Licenciatura em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais. Tendo como principal enfoque a investigação da avaliação da aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Trata-se de uma pesquisa de campo, na qual a avaliação da aprendizagem se constitui em acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, esse se tornando um componente de fundamental importância para a avaliação na escola. Sendo que, quando não se tem o processo de acompanhamento adequado para os estudantes com TEA, logo se decorre um atraso no aprendizado, causando assim um baixo índice de aprendizagem.

Neste sentido, foi pensado em como decorre o acompanhamento da aprendizagem desses estudantes em sala de aula, visto que, o ensinar e o aprender são os grandes desafios da educação contemporânea, tanto para a escola quanto para as famílias, no que diz respeito ao desenvolvimento da aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que é um distúrbio do neurodesenvolvimento, esse sendo atualmente uma temática bem relevante no nosso contexto social, haja vista que o número de alunos com deficiência matriculados em escolas públicas e privadas tem crescido no Brasil. “De acordo com o último Censo Escolar da Educação Básica, em 2022 eram quase 1,3 milhões de estudantes, e a maior parte tem deficiência intelectual, seguida de pessoas com autismo e deficiência física.” (Guia radio agência, 2023).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por desenvolvimento atípico, ou seja, quando a criança apresenta um tardio desenvolvimento de acordo com o seu padrão de idade. Passando então a apresentar manifestações comportamentais diferenciadas no que diz respeito a comportamentos repetitivos e estereotipados, déficits na comunicação e na interação social, bem como, podendo apresentar um repertório restrito ante os interesses e atividades. Com isso, é possível identificar que não se torna fácil trabalhar com esses estudantes, pois, a partir do momento em que se trata de um transtorno não visível fisicamente, ocorre menos possibilidades e recursos a serem trabalhados para que se alcance a mesma qualidade de ensino e aprendizagem que é estabelecida para os outros estudantes. Desse modo, a identificação de atrasos no desenvolvimento, o diagnóstico adequado de TEA e o encaminhamento para intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível podem conduzir a resultados mais vantajosos no futuro.

Sendo assim, decidi escolher o determinado tema como foco desta pesquisa, a partir do momento em que pude participar de uma turma no Programa Residência Pedagógica na qual tinha um estudante autista, logo após, também tive contato com crianças autistas e assim foi me despertando interesse cada vez mais, bem como, é essencial procurar conscientizar mais a população sobre uma melhor compreensão acerca do Transtorno do Espectro Autista e assim poder identificar as devidas dificuldades mediante o desenvolvimento da aprendizagem desses estudantes.

A partir de então, passei a pesquisar e procurar informações sobre o assunto. Nesse sentido, consegui encontrar algumas mães de autistas e, ao conversar com as mesmas, pude perceber mais de perto a realidade desse público. Também ressalto que, com o passar do tempo, fui tendo contato mais frequente com duas crianças autistas, essas sendo familiares de pessoas dentro do meu ciclo de amizades. E isso foi fortalecendo cada vez mais meu interesse pelo tema.

Para tanto, ao chegar à decisão acerca do tema a ser estudado, algumas perguntas que nortearam a definição da pesquisa foram: em que escolas estão os estudantes com o Transtorno do Espectro Autista? Como se dá a prática avaliativa dos professores em relação aos estudantes com TEA? Quais os métodos utilizados para a avaliação? Como ocorre o acompanhamento da aprendizagem desses estudantes? E então, definimos como problema de pesquisa: como se materializa a avaliação da aprendizagem para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados no EDUCARE no Município de Sumé-PB?

Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como se materializa a avaliação da aprendizagem para estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) matriculados no EDUCARE no Município de Sumé-PB. E quanto aos objetivos específicos, são: a) mapear os estudantes com TEA na rede municipal de ensino; b) caracterizar a prática avaliativa dos professores que atendem esses estudantes com TEA matriculados no EDUCARE; c) identificar os instrumentos de avaliação; d) analisar as formas de registro da aprendizagem desses estudantes.

Portanto, por apresentarem características singulares no processo de aprendizagem, esses estudantes necessitam de processos e instrumentos de avaliação ainda mais singulares. Dessa forma, pressupomos que as crianças com TEA inseridas em salas regulares são avaliadas de forma diferenciada.

A estrutura monográfica foi composta por esta introdução, que apresenta um panorama geral da problematização; na sequência, constam os aspectos teóricos e metodológicos, com o

Capítulo 1 intitulado: Direitos educacionais para atender educandos com déficit de aprendizagem. Capítulo 2: A escolarização e as práticas pedagógicas no ensino regular. Capítulo 3: A avaliação e os desafios do autista no cotidiano escolar. Capítulo 4: Percorso metodológico. Capítulo 5: Mapeamento dos dados coletados. Por fim, as considerações finais e os apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DIREITOS EDUCACIONAIS PARA ATENDER EDUCANDOS COM DÉFICIT DE APRENDIZAGEM

A educação escolar é um dos princípios que tem por objetivo a formação humana do educando, a qual deve ser liberal e democrática. Desse modo, a história da educação no Brasil deu-se início por volta de 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas, deixando assim marcas na história e civilização do país, visto que os jesuítas foram os responsáveis pela criação de diversos colégios (Melo, 2012).

Partindo desse pressuposto, entende-se que as políticas públicas em Educação consistem em um conjunto de decisões governamentais tomadas na forma de programas, planos, ações ou de projetos, para garantir os direitos estabelecidos pela Constituição Federal, tendo como intuito buscar maneiras ou medidas que deem acesso a uma educação de qualidade para todos, bem como conceber a educação como dever moral de aprimoramento social, que requer uma compreensão de educação pelo Estado e, assim entendida, torna-se um mecanismo de direito social, o qual reverbera como um dos elementos da providência de igualdade social (Arzani; Smarjassi, 2021, p.1).

Para tanto, ao se analisar o cenário atual, é significativo falar sobre os direitos educacionais, que, “de acordo com o último Censo Escolar da Educação Básica, em 2022 eram quase 1,3 milhões de estudantes, e a maior parte tem deficiência intelectual, seguida de pessoas com autismo e deficiência física” (Guia radio agência, 2023). Desse modo, é importante ressaltar a significância da educação para nosso contexto social, visando que a mesma é a responsável pela multiplicação do conhecimento e pelo desenvolvimento de habilidades úteis para a atuação do indivíduo em sociedade.

Nesse sentido, de acordo com o Art. 2º da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa para seu preparo no exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para tanto, é essencial manter a igualdade e o respeito ante as individualidades de cada pessoa. Desse modo, vejamos algumas especificidades legais, com o decreto legislativo nº 186/2008, que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal, tendo como intuito buscar medidas que deem acesso a uma educação de qualidade para todos. Vejamos alguns dos direitos para as pessoas com deficiência:

Art.5º Igualdade e não-discriminação

1. Os Estados Partes reconhecem que todas as pessoas são iguais perante e sob a lei e que fazem jus, sem qualquer discriminação, a igual proteção e igual benefício da lei.
2. Os Estados Partes proibirão qualquer discriminação baseada na deficiência e garantirão às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.
3. A fim de promover a igualdade e eliminar a discriminação, os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para garantir que a adaptação razoável seja oferecida.
4. Nos termos da presente Convenção, as medidas específicas que forem necessárias para acelerar ou alcançar a efetiva igualdade das pessoas com deficiência não serão consideradas discriminatórias (Brasil, 2008).

Importante salientar que existem outras Leis e documentos que asseguram os direitos legais das pessoas com algum déficit de atenção ou deficiência, como a Constituição Federal (Brasil, 1988), que no seu Art. 208 diz que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia da educação visando o atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, primordialmente na rede regular de ensino, assim como a garantia do atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade nas creches e pré-escolas.

De igual modo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Brasil, 1948) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) demonstram a educação pública como sendo um direito de todos, além disso, esses dispositivos legais sustentam que é essencial proporcionar a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração, previdência e assistência social, incluindo a intersetorialidade no acesso à educação, serviços de saúde, emprego adequado à condição dentre outros.

Para tanto, as Diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) oferecem o acompanhamento e assistência integral aos alunos da educação básica de escolas públicas e privadas, garantindo que as necessidades dos mesmos sejam atendidas por uma equipe multidisciplinar. Dado que o TDAH é um transtorno neurobiológico caracterizado por sintomas como falta de atenção, inquietação e impulsividade, aparecendo seus primeiros sintomas na infância e podendo se estender por toda a vida, “cerca de aproximadamente 60% das crianças e adolescentes com TDAH entrarão na vida adulta com alguns dos sintomas, porém em menor número.” (Guia BVS, 2014).

De acordo com, Brats (2014):

A fim de garantir um diagnóstico correto, recomenda-se não detectar o TDAH apenas com base nos questionários ou observações de comportamento, e sim realizar uma avaliação completa, clínica e psicossocial, com o auxílio de um profissional de saúde com formação especializada e experiência nesse transtorno (Brats, 2014, p. 2).

Sendo assim, é essencial que os pais ou responsáveis estejam presentes no ato dessa avaliação, pois podem colaborar na efetivação mais precoce do diagnóstico, tendo em vista que os sinais que caracterizam o TDAH podem estar presentes em qualquer pessoa e com diferentes graus, mais precisamente em crianças. Entretanto, nas pessoas que possuem a condição, os sinais se manifestam simultaneamente e com constância. Portanto, para um diagnóstico de TDAH mais concreto, são recomendados alguns critérios baseados na avaliação do desenvolvimento, avaliação familiar e avaliação educacional, bem como é necessária uma atenção especial para diferenciar o TDAH de outras disfunções.

Nesse contexto, é importante ressaltar que nem toda pessoa com sintomas parecidos é considerada com TDAH, é necessária a realização de um diagnóstico correto para sua confirmação, pois outras condições que se assemelham ao transtorno de déficit de atenção e hiperatividade podem ser caracterizadas e logo diagnosticadas.

Levando em consideração tais informações sobre os direitos relativos à educação para todos, é importante falar sobre os direitos educacionais dos autistas, visto que ao proporcionar um ambiente mais justo e inclusivo, há leis federais que fazem garantir esse direito às pessoas com TEA, como a Lei nº 12.764/2012 - Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que, de acordo com algumas diretrizes estabelecidas em seu Art.1, estabelece:

1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

§ 3º Os estabelecimentos públicos e privados referidos na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista (Brasil, 2012).

Desse modo, cada pessoa com o transtorno do espectro autista pode apresentar diferentes graus, o leve (quando o sujeito necessita de pouca assistência), o moderado (cujo grau de assistência é razoável) e até o mais grave (quando o sujeito necessita de total suporte e assistência para seus afazeres). “[...] o Transtorno do Espectro Autista pode se apresentar de diversas formas compreendendo um universo de possibilidades sintomatológicas, cada caso apresentando particularidades individuais que merecem cuidados e intervenções” (Gaiato e Texeira, 2018, p.14-15). O Art. 3 da referida Lei 12.764/2012 esclarece os direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme se observa:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (Brasil, 2012).

Outro marco legal, a Lei 13.977/2020 - Romeu Mion, estabeleceu a criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a CIPETEA, que garante um avanço diante dos direitos da pessoa com autismo em todo o Brasil. Segundo uma fala da presidente da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD), Simone Jordão, “Além de prestar assistência na Funad, o Governo do Estado quer garantir que a vida da pessoa autista seja plena e digna, sem entraves, garantindo, de fato, a inclusão e respeito” (Funad, 2020).

A lei traz uma série de medidas que visam assegurar a inclusão dos autistas em diversos setores da sociedade, como saúde, educação, trabalho e lazer. Além disso, a referida lei também busca conscientizar a população sobre o tema, reduzindo o preconceito e a discriminação.

Sendo assim, vejamos algumas das especificidades estabelecidas:

Art.3 - A. É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 1º A Ciptea será expedida pelos órgãos responsáveis pela execução da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante requerimento, acompanhado de relatório médico, com indicação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome completo, filiação, local e data de nascimento, número da carteira de identidade civil, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), tipo sanguíneo, endereço residencial completo e número de telefone do identificado;

II - fotografia no formato 3 (três) centímetros (cm) x 4 (quatro) centímetros (cm) e assinatura ou impressão digital do identificado;

III - nome completo, documento de identificação, endereço residencial, telefone e e-mail do responsável legal ou do cuidador;

IV - identificação da unidade da Federação e do órgão expedidor e assinatura do dirigente responsável.

§ 2º Nos casos em que a pessoa com transtorno do espectro autista seja imigrante detentor de visto temporário ou de autorização de residência, residente fronteiriço ou solicitante de refúgio, deverá ser apresentada a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM), com validade em todo o território nacional.

§ 3º A Ciptea terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser mantidos atualizados os dados cadastrais do identificado, e deverá ser revalidada com o mesmo número, de modo a permitir a contagem das pessoas com transtorno do espectro autista em todo o território nacional.

§ 4º Até que seja implementado o disposto no **caput** deste artigo, os órgãos responsáveis pela execução da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista deverão trabalhar em conjunto com os respectivos responsáveis pela emissão de documentos de identificação, para que sejam incluídas as necessárias informações sobre o transtorno do espectro autista no Registro Geral (RG) ou, se estrangeiro, na Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou na Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), válidos em todo o território nacional (Brasil, 2020).

Portanto, é de suma importância destacar o avanço e as lutas que têm possibilitado conquistas para as pessoas com autismo, visto que os direitos estabelecidos na Lei visam facilitar a superação de todos os empecilhos que são enfrentados na sociedade pelas pessoas com deficiência, em especial os autistas, pois quando se trata de alguma deficiência que não seja visível fisicamente, torna-se cada vez mais difícil de se encontrar soluções para que seus direitos sejam efetivados.

2.2 A ESCOLARIZAÇÃO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO REGULAR

Partindo do contexto da escolarização do estudante autista no ensino regular, buscamos verificar se determinadas práticas pedagógicas auxiliam o desenvolvimento escolar desses estudantes. Sabe-se que é essencial que exista a inclusão no ambiente escolar de maneira que atenda às necessidades educacionais especiais de cada um, independente de suas individualidades. Sendo assim, “[...] planeja-se que as escolas devem ser comunidades que atendam a todos, já que as diferenças humanas são naturais, diga-se, existem, havendo, porém, a necessidade de adaptar a aprendizagem a cada criança.” (Tierney, 1993, apud Melo et al. 2021, p. 2).

Desse modo, para ajudar ainda mais no desenvolvimento de crianças e adolescentes com autismo, no ano de 2018, na cidade de Vitória (ES), uma empresa que promove e facilita a educação inclusiva por meio da tecnologia, mais precisamente Desenvolvido por Ronaldo Cohin, pai de uma criança com autismo, lançou o aplicativo Jade Autism, que teve sua oficialização no mercado no ano de 2019, tendo como intuito estimular o desenvolvimento cognitivo de crianças com TEA e outras comorbidades (Guia Jade Autism, 2023).

Esse aplicativo possui aproximadamente 1.500 jogos lúdicos e busca coletar dados comportamentais dos jogadores em tempo real e, a partir de então, tornou-se possível obter informações precisas, principalmente das crianças que não conseguem se comunicar. Essa

coleta possibilitou gerar relatórios que revelam os déficits e as potencialidades dos jogadores, e os supostos resultados podem ser acompanhados por médicos e terapeutas, proporcionando dados para tomada de decisão mais assertiva, no sentido de maximizar as respostas terapêuticas e reduzir os efeitos adversos.

Segundo as informações coletadas, o Jade APP conta com mais de 160.000 downloads, em 175 países e está disponível em 4 idiomas. E algumas instituições públicas e privadas do Brasil já utilizam a ferramenta no seu processo de ensino, totalizando mais de 4.000 alunos sendo acompanhados e 874 educadores que fazem uso do app. Sendo assim, esse software, por meio de jogos, busca promover um melhor desenvolvimento cognitivo dos estudantes com TEA, de maneira que visa fortalecer os suportes educacionais dos profissionais de ensino, bem como facilitar o diagnóstico do autismo. Vale salientar que o mesmo promove treinamentos e capacitação aos professores, de modo que os auxilia a trabalhar com crianças com TEA (Guia Jade Autism, 2023).

Em vista disso, o Jade Autism foi crescendo cada vez mais e tendo seu primeiro reconhecimento através do Prêmio Campus Mobile 2018, na categoria facilidades, bem como ganhando seu alcance internacional. Mas desde o final de 2022 a Jade está passando por determinadas mudanças (Guia Jade Autism, 2023).

Para tanto, é importante salientar que esse aplicativo é apenas um dos métodos que visa facilitar um melhor desempenho da atenção em crianças autistas ou com déficit de atenção. Com isso, buscar plataformas que colaborem com um diagnóstico mais precoce é de suma importância para a inclusão dessa parcela da população.

Toda essa discussão explicita a importância de que se busque uma educação de qualidade para todos, sendo a inclusão parte do nosso contexto, de maneira a atender as necessidades e que não vise indiferenças diante de preconceitos, pois a educação é um movimento social e político, que visa defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, da sociedade de que fazem parte, bem como de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferenciam dos outros (Freire, 2000).

Para tanto, as práticas educacionais se tornam um dos componentes mais importantes na escola, pois é por meio dessas que se concretizam os objetivos da aprendizagem, visando, ainda, obter uma dinâmica de sala de aula mais participativa e inclusiva. Nesse sentido, é de fundamental importância “analisar a prática pedagógica desenvolvida pelo professor da escola regular no processo de inclusão educacional do aluno com autismo” (Silva, 2011, p. 78). Pois, a partir do momento em que o professor passa a conhecer melhor seu aluno com autismo, ele

poderá entender suas características e seus comportamentos, e, logo, planejar atividades que possam facilitar sua aprendizagem e obter um melhor desempenho.

No entanto, nota-se a dificuldade que existe no modo como os professores trabalham com os alunos autistas, isso porque, na maioria das vezes, não têm acesso a um curso de capacitação que os auxiliem em práticas pedagógicas ou que os ajudem a obter um melhor desempenho desses alunos, passando assim a dificultar ainda mais o seu processo de desenvolvimento escolar. Logo, é importante sempre buscar e manter contato visual com o aluno com autismo, estimulando a comunicação através de brincadeiras entre os alunos, utilizando uma linguagem simples e clara, assim como procurar usufruir de recursos que chamem sua atenção e despertem interesse, para que assim venha a facilitar a aprendizagem dos mesmos.

Deste modo, um programa clínico e educacional criado por meio de um projeto de pesquisa, que observou os comportamentos de crianças autistas em diversas situações do cotidiano, mas precisamente o Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados com a Comunicação, o TEACCH, busca promover de certa forma um ambiente mais adequado para os autistas. De acordo com Cunha (2012):

Objetiva desenvolver a independência do autista, de modo que ele, ainda que precise do professor para o aprendizado, possa ser, em grande parte do seu tempo, independente para fazer as coisas relacionadas à sua vida diária (Cunha, 2012, p. 73).

Ante o exposto, é possível compreender que o método TEACCH tem por finalidade avaliar o autista, o qual busca determinar seus pontos fortes, de maior interesse e suas dificuldades, visto que, a partir desses pontos, pode ser montado um programa individualizado, ou seja, é uma maneira de adaptação do ambiente para que assim haja uma facilidade diante de tais atividades desenvolvidas, como também visa o desenvolvimento da independência do aluno, de maneira que seja necessário o auxílio do professor para o aprendizado de atividades novas, mas possibilitando-lhe ocupar grande parte do seu tempo de maneira independente.

Para isso, é notório que a partir do momento em que ocorre uma compreensão mais explícita do aluno em relação às ferramentas que o professor dispõe para lhe dar apoio, logo é possível identificar um melhor desenvolvimento na aprendizagem dos alunos, bem como, cada professor pode adaptar as ideias gerais que lhes serão oferecidas ao espaço de sala de aula e aos recursos disponíveis, e “os materiais pedagógicos – que podemos chamar de ‘materiais de construção do conhecimento’ – adquirem grande importância na educação em casos de

autismo” (Cunha, 2012, p. 64), até mesmo às características de sua própria personalidade, desde que, é claro, compreenda e respeite as características próprias de seus alunos.

Sendo assim, a utilização adequada da prática pedagógica na sala de aula é uma das funções mais importantes para o bom desenvolvimento e estímulo do aluno com autismo, pois a mesma visa contribuir para um melhor desempenho diante das dificuldades encontradas para realizar as atividades, além de permitir uma melhor relação entre os demais colegas, portanto, contribuindo para uma educação inclusiva. No tocante ao ritmo da aprendizagem de cada aluno, é necessário respeitar o tempo da aprendizagem de cada um, pois toda e qualquer pessoa apresenta um ritmo único no processo de evolução, podendo ser rápida ou tardiamente em relação umas às outras e assim existindo uma diferenciação de tempo para a compreensão.

Partindo desse pressuposto e considerando que a escola é um ambiente em que todos devem ser tratados com igualdade, é ideal que os alunos tenham as mesmas oportunidades, porém, essas podem ser executadas de forma diferenciada, levando em consideração o ritmo de cada um. Nesse sentido, “o processo de ensino e aprendizagem envolve professores e alunos num movimento em que as reflexões pessoais e interpessoais são primordiais porque o sujeito para aprender precisa estar interagindo com o outro” (Brenelli; Osti, 2013, p. 419). Desse modo, fazer uso de métodos e informações que facilitem o processo de ensino aprendizagem é de total êxito para um desenvolvimento mais hábil dos alunos que têm algum déficit de atenção ou deficiência e, assim, procurar promover aos mesmos um melhor desempenho mediante seus conhecimentos, e, claro, respeitando seus limites.

Para isso, todas as atividades realizadas em sala de aula são essenciais para os professores avaliarem o desempenho de seus alunos, de maneira que favoreçam uma troca de informações e conhecimentos entre os alunos. Também é interessante que os educadores busquem realizar atividades em grupo, para que assim venham a estimular o desenvolvimento da aprendizagem de forma coletiva, principalmente quando se trata do aluno diagnosticado com autismo, tendo em vista que estes sentem uma maior dificuldade diante das atividades. Mas, visando sempre suas restrições e suas divergências e passando a proporcionar oportunidades iguais, para que não haja exclusão, e sim proporcionando um âmbito de inclusão ante as diferenças de cada um.

2.3 A AVALIAÇÃO E OS DESAFIOS DO AUTISTA NO COTIDIANO ESCOLAR

A avaliação faz parte de todo o campo de atuação do ser humano. Ou seja, o “julgar”, o “comparar”, isto é, “o avaliar” faz parte do nosso cotidiano. Seja através das atividades

informais que direcionam as frequentes opções do dia a dia ou formalmente, por intermédio da reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões (Dalben, 2005, p. 66).

No âmbito educacional, busca características quanto ao processo de evolução do ensino-aprendizagem. Assim, esse procedimento é muito mais do que aplicação de provas/testes ou mesmo conceder notas, é um momento de acompanhamento nos diferentes processos educativos, ou seja, a avaliação ocasiona uma relação entre quem avalia e quem está sendo avaliado e, assim, possibilita benefícios para ambas as partes, alunos e educadores.

De maneira que ao avaliar os alunos, pode-se ver quais resultados estão sendo alcançados, podendo perceber o desempenho da aprendizagem. No caso dos educadores, visa um procedimento de oportunidade para verificar se suas metas de avaliação da aprendizagem dos alunos estão sendo alcançadas, assim, sendo possível trazer novos direcionamentos às ações pedagógicas para que os objetivos sejam atingidos. Nesse sentido, Caldeira (2000) afirma:

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica (Caldeira, 2000, p. 122).

Desse modo, para avaliar o processo de ensino aprendizagem é importante executar uma avaliação contínua, e não apenas em períodos de provas, pois pode se observar a existência de um estatuto político e epistemológico mediante a prática pedagógica do ensinar e do aprender. Com isso, os determinados fatores/cuidados servirão para fortalecer o projeto político pedagógico da escola e, em decorrência, suas ofertas educativas, particularmente quanto à intensidade dos apoios que precisam ser oferecidos aos alunos ao longo de sua escolarização. (Brasil, 2006).

Para tanto, a avaliação possibilita um eixo de acompanhamento do aprimoramento da aprendizagem, analisando o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva dos alunos.

No âmbito educacional escolar, a avaliação deve ter sempre a característica de processo, de um caminho e não de um lugar, porque implica numa sequência contínua e permanente de apreciações e de análises qualitativas, com enfoque compreensivo. Assim sendo, convém evitar as atitudes maniqueístas dos juízos de valor em termos de bom/mau, certo/errado, que descaracterizam os objetivos a serem alcançados (Brasil, 2006, p. 22).

O termo “avaliação” deve ser visto de maneira responsável sempre que for descrito, ou seja, a avaliação não deve priorizar apenas os resultados ou o processo, mas deve ser uma prática de investigação, passando a interrogar diante de uma relação de ensino aprendizagem e sempre buscar constatar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica, isso porque, no âmbito escolar, sempre vão existir diferenças na aprendizagem dos alunos.

Deve-se avaliar principalmente os recursos didáticos, o projeto curricular, o ambiente educacional e a maneira como os alunos se relacionam com cada uma dessas características, para poder adquirir uma melhor compreensão sobre o contexto em que o aluno se encontra inserido e assim poder avaliar de maneira mais eficaz.

Para isso, é importante destacarmos o conceito da avaliação no ensino regular, visando a concepção da educação especial, de modo que os critérios a serem estabelecidos para a avaliação devem ter determinadas estratégias para que não causem desvantagens. Dessa maneira, para que a escola tenha um papel inclusivo, deve-se enfatizar um processo educativo adaptável, de forma flexível e direcionado para o ensino de todos os alunos. Ademais, as instituições educativas devem preocupar-se com a adequação do processo educativo para todos e não se concentrarem apenas nos resultados. (Candeias et al., 2009).

Desse modo, espera-se que, mediante as concepções de aprendizagens e avaliações, sejam efetivadas propostas que venham a envolver os respectivos fundamentos das necessidades de todos, ou seja, que o âmbito escolar atinja seu princípio de atender a todos, independente de suas individualidades. Também é de fundamental importância deixar evidente que não se está desmerecendo os méritos que as escolas e os profissionais da educação já oferecem, mas que procurem usufruir de métodos que venham a fortalecer cada vez mais os processos desenvolvidos pela escola. De acordo com Brasil (2006),

Espera-se que, após análises e reflexões críticas mude-se o enfoque e revejam-se as práticas avaliativas de modo a: (a) substituir os instrumentos referidos a normas por outros que permitam analisar as variáveis implícitas no contexto onde o aprendiz está; (b) valorizar a contribuição dos professores, preparando-os para avaliar as necessidades especiais de seus alunos em relação às demandas e aos apoios que lhes oferece; (c) utilizar o diálogo e as observações como importantes ferramentas de trabalho; (d) compartilhar a análise dos dados obtidos, relativizando-os com os múltiplos fatores que interferem na aprendizagem (e) envolver o próprio avaliado e sua família e (f) se necessário para a satisfação das necessidades educacionais do avaliado, complementar as informações, com a participação de outros profissionais (Brasil, 2006, p. 28).

Para tanto, também é importante falarmos sobre a concepção da avaliação mediadora, na qual trata-se de uma análise, uma concepção, uma abordagem e uma prática que busca o envolvimento máximo do aluno, de modo que o aluno esteja em constante aprendizagem, visando uma percepção construtivista do erro, ou seja, ela busca o envolvimento máximo do aluno e do professor, em que este passa a ser um mediador do ensino, mantendo assim um processo de ensino e aprendizagem caracterizado pela busca por melhores oportunidades de desenvolvimento para os alunos, ou seja, é uma perspectiva de determinada ação avaliativa. Nesse sentido, Hoffmann (1991) considera que:

[...] a perspectiva da ação avaliativa como uma das mediações pela qual se encorajaria a reorganização do saber. Ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as (Hoffmann, 1991, p. 67).

Para isso, uma ação avaliativa centrada no fenômeno das características reprodutivistas é considerado, muitas vezes, como a reprodução de práticas avaliativas, ou seja, podem ser permissivas (a partir de cursos de formação que raramente reprovam os estudantes), e podem ser reprovativas (a partir de cursos, como os de matemática, que apresentam altos índices de reprovação nas disciplinas). Nesse caso, pode ocorrer um paradigma de reprodução de modelos, no qual os professores nem sempre são capazes de enxergar esse tipo de reprodução, pois estão apenas seguindo determinado modelo, fazendo-o sem questionamentos e, logo, contribuindo para a permanência desse paradigma de avaliação na escola. Segundo Barbosa et al. (1991),

Uma vez estabelecidos os procedimentos de avaliação, os instrumentos e as medidas, a atribuição de conceitos e sua aplicação, ou seja, as classificações segundo determinados padrões, passam (esses procedimentos) a ser vistos como atividades técnicas e neutras ao invés de formas interpretativas e expressivas das relações sociais que estão incorporadas dentro da própria ideia de avaliação (Barbosa et al., 1991, p. 2).

A partir do momento em que a avaliação escolar passa a ser produzida apenas em um padrão centrado no modelo tradicional, reproduzindo o que está posto no cronograma escolar, pode causar uma determinada avaliação reprodutiva automática, ou seja, quando não ocorre uma modificação dos métodos avaliativos, os conhecimentos do aluno ficarão postos em uma repetição de conhecimentos, pois falta estímulo ao aluno. Para tanto, é importante que a prática pedagógica da avaliação consista em uma transmissão com fundamentos claros e explícitos dos conteúdos pelo professor, e que apresente exemplos preferivelmente concretos para que ocorra uma aprendizagem coesa mediante seus próprios estímulos e atenção.

Nesse paradigma, a escola, no seu âmbito de ensinamentos e aprendizagens, deve conter inicialmente uma função social que promova ambientes escolares democráticos e de respeito aos direitos humanos, bem como deve haver práticas pedagógicas que contribuam para uma educação inclusiva, entretanto, é essencial entender que incluir é aprender junto. Para tanto, a rotina da aprendizagem de estudantes autistas está vinculada ao princípio de ferramentas que lhes atraíam.

A inclusão deve ser compreendida como um modo a garantir uma educação escolar que promova o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes que apresentam necessidades especiais. Para isso, “A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a legislação educacional vigente no País garantem a pessoa com autismo o direito à educação e a inclusão escolar[...]” (Carvalho, 2010, p. 72). Desse modo, é de fundamental importância a criação de currículos adaptados às suas necessidades e especificidades para que assim a escola venha a cumprir o real papel inclusivo.

Sabendo que o autismo é qualificado por gerar comprometimentos relevantes mediante as diversas formas de comportamentos, tais como, dificuldade para usar e compreender a linguagem corporal, gestos e expressões faciais, por esse motivo, é muito comum que essas pessoas apresentem dificuldades para compartilhar seus interesses e demonstrar sentimentos ou afetos, o que pode ser interpretado de forma errada como indiferença. “Isso porque a pessoa com autismo apresenta uma falta de disposição para compartilhar prazeres, interesses ou realizações com outras pessoas, bem como, não apresenta reciprocidade social ou emocional.” (Brasília, 2010, p. 29).

Assim sendo, para a escola ser denominada como inclusiva ou mesmo com uma boa qualidade para todos, é essencial a implantação de um currículo que vise atender a realidade e necessidade de seus estudantes. E, segundo o conceito de Cool (1996),

O currículo é um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional; entre a teoria educacional e a prática pedagogicamente, entre o planejamento e a ação, entre o prescrito e o que realmente suceda nas salas de aula [...] currículo é o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores que são diretamente responsáveis por sua execução. Para isso, o currículo proporciona informações concretas sobre o que ensina, quando ensina, como ensina e como e quando avaliar (Cool, 1996, p. 33).

A “inclusão” aplicada à educação TEA possibilita uma prática pedagógica que envolve a elaboração do processo de construção do conhecimento dos alunos autistas durante o processo de ensino, ao mesmo tempo que o currículo é a parte do processo de ensino que denuncia a dificuldade de aprendizagem do aluno.

No tocante às adaptações curriculares, estas podem incluir: modificações na instrução das atividades, alteração no formato da aula, planejamento com objetivos individualizados, utilização de materiais específicos, exploração de ambientes e uso de estratégias de ensino diferenciadas, podendo, assim, desempenhar a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades. Além disso, a educação é uma das ferramentas com maior possibilidade de desenvolvimento para um estudante autista.

Nessa perspectiva, é interessante o aprimoramento diante das demandas curriculares, que se busque atender a realidade de seus alunos, visando sempre igualdade mediante as especificidades de aprendizagem de cada um. E, nesse sentido, enquadram-se os instrumentos de avaliação, sendo estes uma maneira de possibilitar o acompanhamento da aprendizagem do aluno, visto que através deles pode ser expresso o que o aluno aprendeu, deixou de aprender ou ainda precisa aprender. Assim, para contemplar a modalidade de avaliação, é necessário selecionar o instrumento mais adequado a sua metodologia e conteúdo. Segundo os dizeres de Hermes (2014):

Se a avaliação escolar não for bem planejada e bem desenvolvida pelo professor, os objetivos a ela atribuídos dificilmente serão alcançados. Deve-se então planejar uma avaliação levando em conta as reais necessidades de aprendizagem da classe, estabelecendo objetivos claros e precisos. Tendo-os estabelecido, deve-se eleger instrumentos que sejam eficazes para fazê-lo, garantindo maior confiança nos resultados avaliativos e levando em conta todas as possibilidades de expressão do saber, fazendo-se necessário que o professor utilize mais que um instrumento de avaliação (Hermes, 2014, p. 8).

Desse modo, é de fundamental importância ter um objetivo para as ações educacionais, as quais devem promover uma avaliação que contemple instrumentos avaliativos que facilitem o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, ou seja, fazer uso de instrumentos que ajudem o professor a identificar, de maneira mais precisa, as dificuldades no processo de ensino aprendizagem de seus alunos se torna cada vez mais eficaz. No entanto, é necessário entender que não se deve apenas avaliar fazendo uso de um único instrumento de avaliação, mas buscar maneiras e metodologias que visem proporcionar progressivamente bons desempenhos nas suas avaliações.

Segundo Vasconcellos (2003), manter atenção na elaboração de um instrumento de avaliação é de suma importância, pois é preciso entender e considerar determinados critérios, como: verificar se são essenciais, reflexivos, claros e se são condizentes com a realidade trabalhada entre o professor e o aluno. Para tanto, é importante falarmos sobre um dos

instrumentos de avaliação mais comuns e também que possibilitam uma maior aplicação na prática diária do professor, que é justamente a prova.

Para Vasconcellos (2003), alguns motivos acabam levando o professor a utilizar esse instrumento de avaliação:

É mais cômodo (permite um tempo para ‘respirar’, corrige tudo de uma vez, etc.); o docente tem a visão de que ‘sempre foi assim’; não percebe a necessidade de mudar; não sabe como fazer diferente; sente-se segura assim, já que há uma legitimação social para este tipo de prática (especialmente em termos de preparação para os exames); existe a possibilidade de usá-lo como ameaça para o aluno (forma de controle do comportamento); e localiza o problema no aluno, não se questiona o processo (Vasconcellos, 2003, p. 125).

Levando em consideração que esse é um dos instrumentos de avaliação mais utilizados nas escolas, o mesmo é visto como uma ameaça para os alunos, pois é um instrumento classificatório. Para tanto, é importante abordarmos que avaliar é um processo que exige critérios, de maneira que não se deve se ater apenas ao quantitativo, mas ao que ficou durante todo o processo. Entretanto, o que se menciona não é que esse seja um instrumento avaliativo incoerente, mas que além deste, deve-se utilizar outros instrumentos para avaliar os conhecimentos adquiridos durante todo o processo de aprendizagem.

Contudo, a prova é vista como uma das estratégias de avaliação para saber se os assuntos trabalhados pelo professor realmente estão sendo compreendidos pelos alunos. Para isso, os instrumentos de avaliação podem ser vistos como uma maneira de avaliar erros e, a partir deles, procurar novos meios para sanar as dificuldades encontradas e buscar uma melhor qualidade de ensino para todos.

Assim, nos dizeres de Rosana Glat (2018), não é o aluno que deve se adequar ao modelo de ensino, mas o ensino é que deverá se adequar ao aluno. Ou seja, para se atender às Necessidades Educacionais Especiais, é necessário suporte pedagógico, como recursos metodológicos e adaptação do currículo.

Sendo assim, a partir do momento em que as escolas passam a implementar adaptações curriculares para a educação especial, logo os alunos obterão sucesso, possibilitando um bom desenvolvimento escolar e uma prática educacional para atender a todos. Pois “O currículo representa muito mais do que um programa de estudos, um texto em sala de aula ou o vocabulário de um curso.” (McLaren, 1997, p. 216). No entanto, esses ajustes curriculares estão estabelecidos como adaptações no projeto pedagógico e, assim, passando a ter uma organização escolar no geral.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A corrente pesquisa tem uma abordagem qualitativa, uma vez que, partindo do âmbito que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano, “a pesquisa qualitativa torna-se um processo contínuo de construção de versões da realidade” (Flick, 2009, p. 27). Desse modo, a intenção não consiste apenas na observação do fenômeno estudado em si, mas de poder conhecer e presenciar o que está sendo relatado, mediante o que foi evidenciado pelo sujeito.

Com isso, a pesquisa qualitativa não prioriza os dados com números ou quantidades, mas a qualidade dos fatos. A pesquisa visa resultados mais exatos, partindo para o campo descritivo, em que se analisa todos os aspectos relacionados ao tema e aos objetivos do trabalho. Assim, segundo Minayo (2007), esse tipo de pesquisa trabalha com um universo de significados, ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, se trabalha com uma dimensão de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Dessa maneira, a mesma possibilita uma ampliação de conhecimentos de um determinado campo de investigação, cujo pesquisador é uma ferramenta primordial porque faz a coleta dos dados, analisa tais informações e, sobretudo, pode interpretar os conceitos e obter conclusões significativas.

Neste sentido, procuramos compreender como se materializa a avaliação da aprendizagem para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados no EDUCARE no Município de Sumé-PB. De maneira que esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como se materializa a avaliação da aprendizagem para estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) matriculados no EDUCARE no Município de Sumé-PB.

Para chegar a tal objetivo, delineamos os seguintes objetivos específicos: a) mapear os estudantes TEA na rede municipal de ensino; b) caracterizar a prática avaliativa dos professores que atendem esses estudantes com TEA matriculados no EDUCARE; c) identificar os instrumentos de avaliação; d) analisar as formas de registro da aprendizagem desses estudantes. Quanto aos procedimentos para a coleta de dados, estes foram levantados através da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os professores dos estudantes TEA nas turmas do EDUCARE, para recolher o máximo de informações a fim de tentar cumprir os objetivos propostos.

Assim, a pesquisa teve o intuito de compreender como ocorre a avaliação desses estudantes, bem como procurar entender quais os instrumentos/critérios de avaliação que são utilizados. Para tanto, as análises dos dados foram realizadas a partir da análise interpretativa,

que dispõe da atividade de interpretar no contexto analítico de produção de conhecimentos, ou seja, em sentido restrito, o que remete a uma construção de posicionamentos próprios a respeito das ideias enunciadas, excedendo a mensagem precisa do texto, de modo que seria o real exercício da leitura nas entrelinhas, e assim coagindo a análise para um contexto de diálogo, explorando toda fertilidade das ideias expostas e tornando-se mais próxima das outras.

Para Severino (2013) a análise interpretativa segue um determinado esquema analítico com etapas a serem seguidas da seguinte maneira:

As duas primeiras etapas de análise consistem no relacionamento lógico-estático das ideias do autor conjunto da cultura daquela área, assim como, o relacionamento lógico-dinâmico de suas ideias com as posições de outros autores que de algum modo ocorreram influências. Portanto, essas etapas (as duas primeiras) consistem em uma abordagem genérica. Enquanto a terceira etapa se caracteriza do ponto de vista estrutural, buscando-se uma compreensão interpretativa do pensamento exposto e explicitando-se os pressupostos que o texto implica.

Em outro momento, estabelece-se uma aproximação e uma associação das ideias expostas no texto com outras ideias semelhantes que eventualmente tenham recebido outra abordagem, independentemente de qualquer tipo de influência. E o último passo da interpretação é a crítica, de maneira que não se trata do trabalho metodológico da crítica interna e externa, adotados na pesquisa científica.

O que se busca, durante a leitura analítica, é a formulação de um juízo crítico, de uma tomada de posição. Enfim, de uma avaliação cujos critérios devem ser delimitados pela própria natureza do texto lido. Com isso, tal avaliação tem duas perspectivas: de um lado, o texto pode ser julgado levando-se em conta sua coerência interna; de outro lado, pode ser julgado levando-se em conta sua originalidade, alcance, validade e a contribuição que dá à discussão do problema.

Portanto, essas etapas servem exatamente como um processo de análise e interferências interpretativas, de modo que a leitura analítica feita metodologicamente de maneira adequada se mostra como um instrumento de grande eficácia para com o processo crítico do pesquisador.

Na continuidade, serão apresentados o campo de pesquisa, os sujeitos e os instrumentos da coleta de dados.

3.1 CAMPO DE PESQUISA

A presente pesquisa busca compreender como se materializa a avaliação da aprendizagem para estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) matriculados no EDUCARE no Município de Sumé-PB. Sendo assim,

O último censo (2022) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que a população de Sumé chegou a 17.166 habitantes, isso representa um aumento de 6,65% em comparação com o censo de 2010. De acordo com esses dados, proporcionalmente, esse foi o município que mais ganhou habitantes na região do Cariri, alcançando a 45ª colocação no estado da Paraíba (Portal da prefeitura de Sumé, 2023).

O Município de Sumé tem uma área de 833,315 km², representando 1,53% da área do Estado, e está localizado na Microrregião dos Cariris Velhos, numa altitude média de 533 m, com a seguinte posição geográfica: 7° 40' 13" latitude sul, 36° 52' 58" longitude oeste. Tem como municípios limítrofes ao norte: São José dos Cordeiros e Itapetim (PE); ao sul: Camalaú e Monteiro; a leste: Serra Branca e Congo; a oeste: Ouro Velho, Prata e Monteiro. (Portal da prefeitura de Sumé, 2023).

Quanto aos aspectos culturais, a história de Sumé, seja recente ou mais remota, é rica em expressões, seja em forma de artes plásticas ou cênicas, danças, culinária, esporte e tudo mais que possa apresentar as manifestações artísticas, intelectuais e espirituais do povo sumeense.

Ainda quando vila (Vila de São Tomé dos Sucurus), várias foram as manifestações culturais que marcaram época, como o Pastoril de Olindina, cuja finalidade era comemorar os festejos natalinos, formado por senhoritas de finos tratos, belos rostos e vozes da sociedade local. Por vários anos, o pastoril manteve a tradição das festas de natal. Havia, também, nas festas da Padroeira, os saudosos cordões azuis e vermelhos ou “encarnados” – como se chamava na época – que era uma disputa divertida e salutar, tanto no pavilhão da festa, como nas festas de cavalhada ou argolinhas. Nessa linha do tempo, encontram-se também as obras feitas pelas mãos dos mestres Manoel Crispim e Miguel Guilherme. Tendo, ainda, como manifestação da sua cultura, os já quase centenários: Sociedade Filarmônica São Tomé (de 1926), hoje, Filarmônica Municipal Maestro Antônio Josué de Lima, e São Tomé Esporte Clube (fundado em setembro de 1925). Nesse sentido, algumas das principais expressões da Cultura Sumeense são listadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Principais expressões da cultura Sumeense

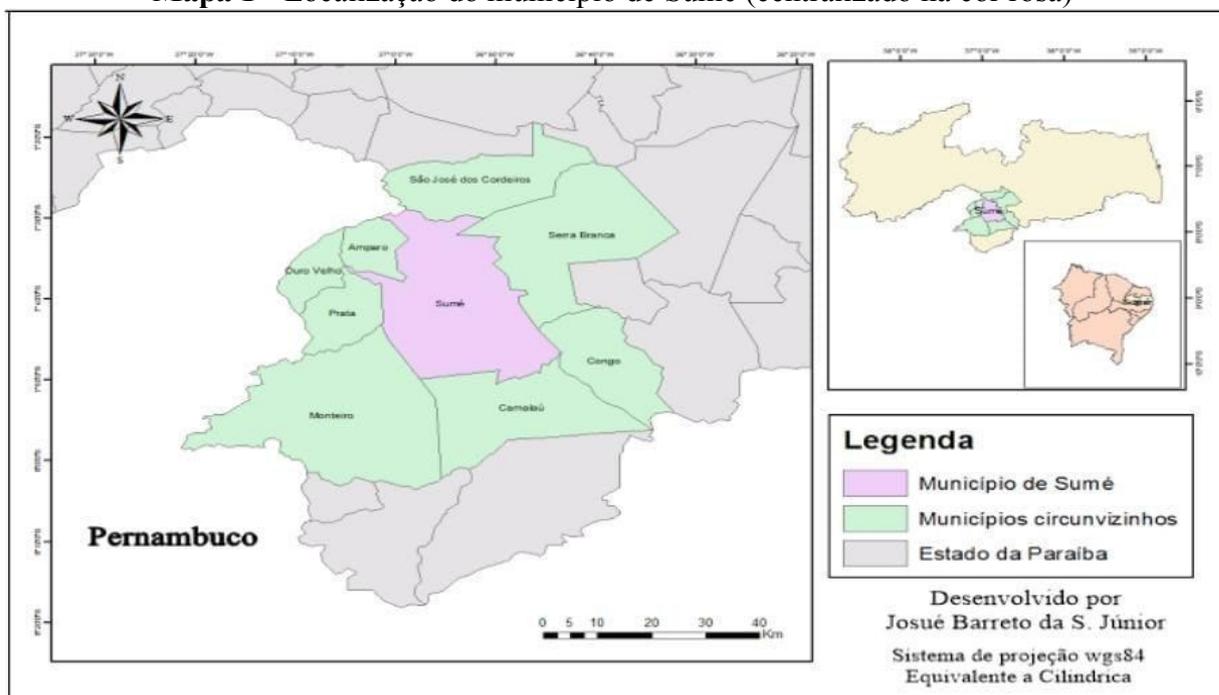
ARTES PLÁSTICAS	Miguel Guilherme dos Santos – pintor, escultor e poeta. Entre suas obras destacam-se: Luiz Gomes de Holanda e “Seu Bento” – escultores em madeira; Zitar’s – Associação fundada em 2002, de iniciativa do professor, pintor, poeta e desenhista, Zito Júnior, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento artístico de crianças e jovens sumeenses com produção de peças teatrais, pinturas e desenhos.
ARTES CÊNICAS	Nos anos 40 a 50 do século passado, foi mantido um grupo teatral formado nas escolas públicas e particulares do Município, tendo como responsáveis a professora Stela de Araújo, Adalgisa Jacinto de Oliveira e o artista Miguel Guilherme dos Santos.
ARTES RUPESTRES	Existe grande quantidade de sítios rupestres na região do Cariri Ocidental. Na qual, está inserido o município de Sumé. Infelizmente, são raros os estudos e publicações sobre o assunto. Em Sumé, estão catalogadas como pinturas, inscrições nos Sítios Balanço e Fazenda Pedra Comprida, e como gravuras, no Sítio Olho D’água do Padre.
DANÇAS	Pastoril de Olindina; Coco de Roda; Grupo Sala de Reboco; Grupo de Capoeira Regional - Projeto cultural desenvolvido pelo Professor Massixte, no bairro do Alto Alegre.
MÚSICA	A mais tradicional expressão da música sumeense é a Filarmônica Maestro Antônio Josué de Lima (antiga Sociedade Filarmônica São Tomé), criada em 1926 e que ainda está em atividade.
POESIA	A poesia popular de Sumé tem como evidência dois grandes poetas: João Batista Bernardo (João Furiba) e Manoel Clementino Leite. Também se destacam os poetas populares: Luizinho Batista, Vicente Bernardo, Manoel Cacheado, Evaldo

	Severino, Jurandir Tembório, Gato Velho, José Soares, Zé Pinheiro, Eugênio Macêdo e Zito Júnior.
COMIDAS	O sumeense não esquece os sabores da beira-seca de dona Sinhá Peba, O puxa-puxa de Pretinha Jacinto, a tapioca de Maria de Norberto, o doce de leite de dona Neném, as chupetas de Joaquina, os doces de fofa de umbu, o quebra-queixo na feira e a “panela mágica” do bar de Darcílio. Atualmente, destacam-se a galinha do bar do Pitaco e o picadinho do Mercado Público.
ESPORTES	O representante mais significativo do esporte no município é o futebol, com o time São Tomé Esporte Clube, fundado em 1925. O Município conta também com praticantes de outras modalidades esportivas como: futsal, voleibol de quadra e de areia, xadrez, tênis de mesa e vaquejada.

Fonte: (Portal da prefeitura de Sumé, 2023).

A seguir, vejamos a localização da cidade de Sumé:

Mapa 1 - Localização do município de Sumé (centralizado na cor rosa)



Fonte: PPP da escola Presidente Vargas (2020).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SUMÉ

Todas as escolas do Município possuem alunos autistas, tanto no campo quanto na sede, sendo distribuídas da seguinte maneira: nas unidades escolares da zona urbana estão a Creche Pré-Escola Rita Cipriano Bezerra; a UMEIEF Professora Zélia Braz; a UMEIEF Gonçala Rodrigues de Freitas; a UMEIEF Maria Leite Rafael; a UMEF Presidente Vargas; a EMEF Deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz e a EMEF Padre Paulo Roberto de Oliveira. Nas unidades escolares da zona rural estão a UMEIEF José Bonifácio Barbosa de Andrade (Distrito do PIO X); a UMEIEF Manoel Inácio (Sítio Poço da Pedra) e a UMEIEF João de Sousa (Sítio Conceição). Ao todo, essas escolas possuem 85 alunos autistas. Em todas elas, o coordenador da escola é quem passa para os professores as demandas das atividades e a forma de avaliação fica a critério dos professores. Esses são os registros da prática no geral, e todos esses dados são apenas das escolas públicas. Os dados foram coletados diretamente na Secretaria de Educação, com uma das responsáveis no referido setor de educação.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PRESIDENTE VARGAS

A Unidade Municipal de Ensino Fundamental Presidente Vargas é constituída por 22 docentes e 362 discentes. A escola oferece à comunidade urbana e rural o Ensino Fundamental anos finais, do 6º ao 9º ano, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva, com turma Bilíngue e o Programa Educar e Ressignificar (EDUCARE), que atende alunos com distorção idade/série. A escola funciona nos três turnos, matutino, vespertino e noturno. É uma escola de 70 anos de exercício, atualmente funcionando no Prédio da antiga Escola Desembargador Feitosa Ventura, ainda, com extrema necessidade de reforma.

Quadro 2 - Dados físicos da escola

8	Salas de aula
2	Banheiros (masculino e feminino)
1	Diretoria
1	Cantina com depósito inadequado para merenda
1	Quadra de esportes

Fonte: PPP da escola Presidente Vargas (2020).

A escola busca desenvolver seus trabalhos pedagógicos com eficácia, fomentando estudos e planejamentos coletivos, com o apoio da Gestão Escolar, que é composta por: diretor/a, diretor/a adjunto, coordenação pedagógica, docentes e colaboradores. Todo o trabalho

desenvolvido está em consonância com as metas dos Planejamentos Didáticos e do Plano de Organização Pedagógica da Escola, despertando no aluno o raciocínio lógico, o caráter crítico, autônomo e participativo em prol da plena cidadania. Todas as ações realizadas por essa escola seguem as diretrizes e normas da Secretaria Municipal de Educação, que busca a excelência dos serviços prestados. A equipe desta escola, através de ações concretas, procura crescer a cada dia, acreditando na construção do ensino aprendizagem, para um processo em busca de uma educação emancipadora e de qualidade.

Com isso, a avaliação é parte integrante e fundamental do processo educativo, mas a avaliação não deve deter-se apenas na aprendizagem do aluno. Avaliar a escola como um todo e periodicamente é muito importante, ressaltar que esta deve ser diagnóstica, processual, contínua e somativa. Os resultados da aprendizagem são aferidos em consonância com os objetivos da aprendizagem. Tendo como objetivos da avaliação: I - Acompanhar e verificar o desempenho e a aprendizagem dos conhecimentos; II - Verificar se o aluno constrói conhecimentos na resolução de situações novas; III - Avaliar se o aluno está assimilando os conhecimentos e se estes estão sendo significativos e contínuos; IV - Detectar e analisar o aprendizado do alunado; V - Repensar novas estratégias de trabalhos em classe; VI - Realizar seminários na apresentação dos trabalhos expostos. (PPP da Escola Presidente Vargas, 2020).

Para tanto, os instrumentos de avaliação são:

- I. Todo trabalho realizado com o aluno, individualmente ou em grupo;
- II. Provas, trabalhos de pesquisa, lista de exercícios, produções textuais, situação problema, entrevista, entrega de trabalhos com pontualidade, aulas de campo e participação e envolvimento nas atividades propostas, relatórios, dramatização e seminários, entre outros.

Com isso, o sistema de avaliação compreende os seguintes critérios:

- Avaliação do rendimento escolar;
- Apuração de frequência;
- Ao término do ano letivo será extraída a média anual final em cada componente curricular, que será resultante da média aritmética das notas bimestrais.

Será considerado promovido o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as áreas de conhecimentos e frequências anuais iguais ou superiores a 75% (setenta e cinco por cento) em cada componente curricular. (PPP da escola Presidente Vargas, 2020).

A Missão da Unidade é assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola, formando cidadãos críticos e protagonistas, agindo e transformando a sociedade na qual estejam inseridos/as. Oferecer o espaço para a organização e sistematização do conhecimento, desenvolvimento integral dos educandos, formação para a cidadania, aprimoramento da pessoa humana, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento reflexivo e crítico, garantindo as condições necessárias para o exercício pleno da cidadania e da construção do conhecimento sistematizado, propiciando uma aprendizagem mais efetiva e, conseqüentemente, maior sucesso escolar com melhores índices de avanço. (PPP da escola Presidente Vargas, 2020).

Considera-se, também, a importante missão de oferecer práticas pedagógicas que atendam às diferenças, valorizando-as como elementos de crescimento, fazendo-se necessário diversificar e adaptar os conteúdos, a fim de garantir a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais ou distorção idade/série.

A seguir, vejamos uma foto da Escola Presidente Vargas:

Imagem 1 - Localização da escola Presidente Vargas



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA EDUCARE

O Programa EDUCARE, de acordo com o documento da Proposta Pedagógica (2022), foi implantado no município como uma proposta pedagógica que contempla estudantes do Ensino Fundamental II com distorção idade-série, em conformidade com o artigo 24, inciso V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), que respalda legalmente um processo de aceleração no nível de ensino, quando estabelece que um dos critérios da verificação do rendimento escolar seja a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.

A correção de fluxo (distorção idade-série) ofertada pelo Programa EDUCARE beneficia alunos da rede Municipal de Ensino, com vistas ao desenvolvimento de alunos com problemas de ensino aprendizagem. A proposta do Município é constituir uma grande rede de superação e enfrentamento da distorção idade-série, buscando o fortalecimento e uma ferramenta que possa identificar boas práticas na área e fomentar ações a partir do planejamento, diagnóstico do acompanhamento e avaliação de alunos, em parceria com a sociedade civil, sensibilização de estudantes, família e professores.

Para tanto, garantir a aprendizagem dos alunos é a condição necessária e urgente para que esse público compreenda que é capaz de avançar e tenha boas perspectivas dentro e fora da escola. Assim, todos que se encontram engajados no projeto (correção dos alunos com distorção idade/série), gestão, coordenação e professores, especialmente estes, devem montar um currículo adequado e concentrar o ensino dos principais conteúdos num espaço de tempo mais curto, por meio de ciclos de aprendizagem.

Desse modo, faz-se necessário um planejamento de aulas contextualizadas com práticas que motivem o aluno a construir o conhecimento de forma palpável (material concreto) e conduzida num espaço de diálogo em que os alunos possam ser ouvidos. A partir daí, deve-se escolher formas mais eficientes para uma melhor aprendizagem. A vista disso, a proposta tenderá a ser aprimorada, construída e solidificada a cada ação executada com os estudantes, de maneira que valorize a avaliação contínua e contextualizada. Nesse planejamento, estão inclusos:

- Projeto de leitura;
- Projeto de Vida (complemento importante para personificar o ensino, uma vez que já se saiba, quem irá chegar, para então ajudá-los na composição de personalidade);

- Projeto de Finanças e Economia (gerar a capacidade de valorizar) recursos e infraestrutura para o mercado de trabalho;
- Projeto de esporte (treinos para desenvolver as habilidades já existentes);
- Conteúdos em foco (os conhecimentos selecionados serão organizados levando em consideração as noções básicas, que os estudantes deverão adquirir em todo o processo do andamento e conclusão do projeto, responsabilidade da equipe de professores);
- Família – integração familiar no processo de ensino aprendizagem (Palestras, oficinas, rodas de conversa).

Assim, o programa tem como objetivo geral oportunizar aos estudantes uma aceleração e/ou avanço dos estudos, procurando minimizar os impactos causados pela distorção idade/série, fazendo o resgate desses estudantes no que se refere à autoestima e mudança da realidade em que ora se encontram, sem que haja perda no mecanismo do processo de ensino aprendizagem. Para isso, o programa se estrutura em torno dos seguintes objetivos específicos:

- Proporcionar aos alunos um novo olhar sobre seus saberes e conteúdo;
- Formar grupos de estudo para aprimorar leitura e escrita;
- Promover interação entre os alunos para tornar possível novas habilidades para o ensino aprendizagem;
- Utilizar ferramentas digitais para fomentar o aprendizado;
- Promover a leitura compartilhada e na família, como ferramenta de inclusão e parceria social;
- Promover palestras e oficinas que motivem para o mercado de trabalho;
- Assegurar a primazia pelos valores e pela cidadania;
- Articular ações de convivência com o meio ambiente;
- Promover ações de esporte e lazer.
-

Quanto aos projetos e práticas avaliativas, a proposta tenderá a ser aprimorada, construída e solidificada a cada ação executada com os estudantes, valorizando a avaliação contínua e contextualizada.

Na sequência, algumas imagens das turmas do EDUCARE:

Imagem 2 - Turma multisseriada 6º/7º ano - turno da manhã



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Imagem 3 - Turma multisseriada 8º/9º ano - turno da manhã



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Imagem 4 - Turma multisseriada 8º/9º ano - turno da manhã (mesma turma da imagem 4)



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Imagem 5 - Turma multisseriada 8º/9º ano - turno da tarde



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

3.5 SUJEITOS

A presente pesquisa parte do princípio de mapear os estudantes TEA na rede municipal de ensino. Assim sendo, no decorrer da pesquisa, pudemos perceber que no município existe um programa educacional chamado EDUCARE (Educar e Resignificar), e, a partir de então, procuramos redirecionar o foco da pesquisa para caracterizar a prática avaliativa dos professores que atendem esses estudantes com TEA matriculados no EDUCARE.

O EDUCARE atende estudantes que estão no Ensino Fundamental II com distorção idade-série, bem como estudantes com transtorno do espectro autista. O inciso V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) respalda legalmente um processo de aceleração no nível de ensino, quando estabelece que um dos critérios da verificação do rendimento escolar seja a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.

Segundo as informações obtidas através dos professores, os estudantes TEA possuem um comportamento calmo na sala de aula e sempre estão realizando as atividades, de modo que são auxiliados por cuidador educacional. Também fica notório diante da fala dos professores que alguns dos estudantes com TEA ainda se sentem resistentes mediante a comunicação com os próprios professores e colegas na sala de aula, porém, sempre estão sendo incentivados a participar das aulas e interagir quando possível.

Desse modo, a importância do acompanhamento dos pais/responsáveis na vida dos seus filhos, principalmente quando se tem alguma deficiência, é essencial, logo, esse tipo de parceria com a escola se tornará cada vez mais eficiente para o desenvolvimento dos estudantes.

3.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos para a coleta de dados foram realizados através da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com professores(as) dos estudantes TEA nas turmas do EDUCARE na Escola Presidente Vargas.

Para tanto, os procedimentos utilizados na pesquisa foram os da pesquisa-ação, que é uma pesquisa de investigação com base empírica, que visa compreender de tal modo as causas de uma situação e produzir possíveis soluções de um problema coletivo, de modo que os pesquisadores e os participantes representativos da ação ou do problema estão em constante envolvimento, seja de maneira cooperativa ou participativa. Assim, é ressaltado por Tripp (2005, p. 445) que “(...) a pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas

pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos (...)”. Essa ação de investigação desenvolve a interação entre as pessoas envolvidas.

Sendo assim, o questionário utilizado teve a função de mapear o perfil dos professores(as) que trabalham com tais sujeitos. Uma vez que esse procedimento é mais utilizado para obter informações, tendo em vista que é uma técnica que apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garantindo o anonimato, assim como pode estabelecer questões que busque atender a finalidade específica de uma pesquisa. Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Para tanto, também fizemos o uso da entrevista semiestruturada, que teve como função avaliar as práticas utilizadas pelos professores com seus alunos com TEA. Essa coleta de dados possibilita, de certa forma, um contato mais direto com a pessoa e consiste em um modelo de entrevista mais flexível, ou seja, refere-se a perguntas básicas, mas com um princípio de atingir o objetivo da pesquisa. Nesse roteiro, podem ser estabelecidas perguntas fechadas, que geralmente são de identificação ou classificação, mas é principalmente elaborado por perguntas abertas, dando ao entrevistado uma possibilidade maior de falar livremente sobre o tema proposto.

Para tanto, fizemos o uso destes com os professores no intuito de saber quais os desafios encontrados no processo de Escolarização e Avaliação dos Estudantes com Transtorno do Espectro Autista. A seguir, apresentamos um quadro dos instrumentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa:

Quadro 3 - Instrumentos da produção de dados utilizados

Instrumentos da produção de dados	Objetivos do instrumento	Período de aplicação	Quantidade coletada
Questionário de identificação (Apêndice A)	Identificar o perfil dos professores e a prática pedagógica utilizada.	16 a 17 de outubro de 2023	5 questionários respondidos.
Entrevista semiestruturada (Apêndice B)	Identificar o processo de escolarização dos estudantes mediante a avaliação dos professores.	18 a 19 de outubro de 2023.	5 entrevistas semiestruturadas respondidas.

Fonte: Adaptado de Cavalcante (2022).

4 MAPEAMENTO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Nesta seção, serão apresentados os dados coletados e as análises realizadas. Para manter em sigilo a autoria das respostas dadas pelos(as) professores(as), foram adotados nomes fictícios para esses participantes da pesquisa.

Desse modo, é importante pontuar que uma das primeiras visitas para a coleta de dados foi feita na Secretaria de Educação do município. Na ocasião, foi relatado que em todas as escolas da rede municipal de ensino tem estudantes autistas, resultando em oitenta e cinco (85) autistas com laudos.

Quadro 4 - Distribuição das escolas do município de Sumé

Zona Urbana	Zona Rural
Creche Pré-Escola Rita Cipriano Bezerra	UMEIEF José Bonifácio Barbosa de Andrade (Distrito do PIO X)
UMEIEF Professora Zélia Braz	UMEIEF Manoel Inácio (Sítio Poço da Pedra)
UMEIEF Gonçala Rodrigues de Freitas	UMEIEF João de Sousa (Sítio Conceição)
UMEIEF Maria Leite Rafael	
UMEF Presidente Vargas	
EMEF Deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz	
EMEF Padre Paulo Roberto de Oliveira	

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Esse quadro foi composto a partir das informações dadas por uma das responsáveis desse setor, na Secretaria de Educação municipal, essas sendo todas as escolas pertencentes ao município de Sumé, visto que todas essas unidades atendem estudantes autistas.

Na sequência, foram realizadas algumas visitas à Escola Presidente Vargas, primordialmente nas turmas do EDUCARE (salas essas multisseriadas, 6º/7º ano e 8º/9º ano), para realização de um questionário e uma entrevista semiestruturada com os professores das supracitadas turmas. Esse questionário de identificação docente e a entrevista semiestruturada constam nos apêndices deste texto monográfico.

Para tanto, o questionário consistia em perguntas relacionadas à formação desses(as) professores(as), bem como qual o tempo de atuação nas turmas do EDUCARE e qual a função da avaliação. Enquanto que a entrevista semiestruturada correspondia à avaliação dos professores sobre a aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes autistas.

Desse modo, ao se perguntar para os(as) professores(as) sobre a maneira como estes avaliavam os alunos, a maioria das respostas, ou seja, 90% desses consideram que “a forma de avaliação e os materiais didáticos utilizados estão condizentes com a realidade dos seus alunos.” Para tanto, com esse percentual de respostas, é notório que tais professores estão satisfeitos com o resultado das avaliações desses alunos.

Os 10% restantes “consideram que nem sempre a avaliação está satisfatória, assim como é preciso buscar outros meios e materiais didáticos para obter um melhor apoio e, por conseguinte, melhores resultados no desempenho de seus alunos.” Entretanto, é importante destacar que cada escola tem seu próprio método de avaliar os alunos, de maneira que o ensino aprendizagem é diversificado tanto na teoria quanto na prática. “Os processos avaliativos tendem, em todos os países do mundo, a adequar-se aos novos rumos, com práticas sendo repensadas pelos professores nas salas de aula, estudos e pesquisas desenvolvidas pelos teóricos nas universidades” (Hoffmann, 1991, p. 16).

Sendo assim, os métodos e as formas de avaliar dependem da necessidade existente em cada uma das devidas situações, visto que seu principal objetivo consiste em ajudar na melhoria do desempenho na sociedade, preparando para a formação de um cidadão consciente no processo de aprendizagem de modo que esteja fortalecendo cada vez mais a construção do conhecimento.

Em uma outra pergunta aplicada, sobre qual a proposta do programa EDUCARE em relação aos estudantes TEA, os professores relatam que “se segue a mesma proposta do ensino regular, claro que, buscando adaptar as atividades e conteúdos quando há necessidades.” Diante disso, é interessante que sempre haja um diálogo entre professor e aluno, para que assim, o professor possa conhecer um pouco mais de sua realidade e buscar métodos que venham a suprir as dificuldades dos seus alunos, procurando fazer o uso de novas práticas pedagógicas e, assim, passando a ter uma interação de professor-aluno-conhecimento.

Nesse sentido, em uma pergunta realizada sobre quais os desafios em relação à aprendizagem desses estudantes, os professores nos relataram que “faltam mais informações e conhecimentos sobre o assunto e que deveriam ter uma formação continuada para colaborar com suas metodologias”, bem como, foi ressaltado que uma conversa com as famílias desses alunos também lhes ajudaria a conhecer mais de perto as suas realidades, facilitando, assim, a maneira a ser trabalhada.

Em uma pergunta seguinte, sobre os recursos disponibilizados para a inclusão na avaliação escolar dos alunos TEA, os professores responderam que “realizam o mesmo tipo de

atividade para todos os alunos, desde que fazendo adaptações mediante as necessidades de cada um, sendo importante salientar que esses têm cuidador educacional para lhes auxiliar nas devidas atividades.” Portanto, as atividades elaboradas são de acordo com as especificidades de cada um.

Vale ressaltar que ficou explícito nas respostas que todos os alunos TEA têm um comportamento calmo e que os professores não têm problemas relacionados aos seus comportamentos, apenas mediante a interação na sala de aula é que alguns alunos ainda são resistentes à interação, mas os professores, sempre que possível, buscam maneiras de fazer essa interação acontecer.

Indagados sobre qual a maneira de avaliar seus alunos além dos testes e provas, todos os professores responderam que “é através das discussões em sala de aula.” E, em específico, o professor A ainda complementou dizendo que “realiza atividades coletivas e também através de atividades lúdicas, como caça-palavras e materiais paradidáticos”.

Nesse sentido, foi perguntado o que os professores entendiam sobre a função da avaliação e todos tiveram o mesmo direcionamento em suas respostas, visto que a professora B ressaltou “a avaliação nos orienta como está sendo o aprendizado do aluno e através dela pode-se melhorar a metodologia e trazer novas formas de aprendizado”, enquanto o professor C destacou “é para saber como está o entendimento do aluno e não para nota”. Então, podemos perceber que esses professores estão cientes do real papel da avaliação e que os mesmos procuram estratégias que busquem trabalhar em conjunto com o aluno para que ambos consigam êxito no processo de ensino-aprendizagem.

Para tanto, a sistematização do ensino e avaliação dos alunos com TEA acontece em parceria com a coordenação da escola, levando em conta as necessidades de cada um. Através dos instrumentos de avaliação utilizados, algumas professoras relataram “prova contínua, atividades de sala de aula e participação.” Enquanto o professor B “faz uso de pesquisas, debates e atividades impressas.” Desse modo, podemos observar que existe uma diferença nos instrumentos de avaliação utilizados pelos professores, pois cada um procura fazer uso de metodologias que atendam, de maneira mais sucinta, as necessidades de seus alunos, no geral.

Quanto aos registros de aprendizagem, foi relatado que “todos sabem ler e escrever, assim, interagindo dentro de suas possibilidades. É importante destacar que todos esses alunos com TEA são aprovados, desde que tenham laudos, frequentem a escola e desenvolvam as atividades.

Portanto, 100% dos professores que participaram desta pesquisa nos fizeram ter a certeza que é de extrema importância debater sobre o autismo, principalmente nas escolas, para que cada vez mais sejam encontrados métodos e caminhos que busquem facilitar as práticas pedagógicas e as metodologias a serem utilizadas, para que assim se tenha mais informação e formação sobre o referido tema. Também sendo de fundamental relevância ser discutido com os pais desses alunos com TEA, ou seja, a partir do momento que se tem mais informações sobre o perfil dos alunos, é uma das maneiras de facilitar o ensino-aprendizagem desses educandos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegarmos nesta seção do trabalho é entender o real papel de todo o trajeto durante esta pesquisa. É primordial enaltecer que a avaliação da aprendizagem de estudantes com transtorno do espectro autista TEA nos possibilitou conhecer mais de perto a realidade escolar dos estudantes TEA, bem como entender o processo de ensino-aprendizagem mediante a avaliação escolar.

Desse modo, foram articuladas diferentes questões relacionadas ao estudante com TEA no decorrer desta pesquisa, assim como pudemos ver as práticas metodológicas e os instrumentos de avaliação utilizados com esses estudantes TEA. Ainda sendo estabelecidos aportes teóricos baseados em uma educação inclusiva, bem como o conceito de avaliação da aprendizagem teve como referências fundantes Caldeira (2000), Carvalho (2010) e Hoffmann (1991).

De acordo com as leituras realizadas, ficou perceptível que as propostas de um ensino inclusivo nas escolas é algo que está se efetivando a partir de um trabalho dentro dos currículos, evidenciando que, se os professores tivessem uma oportunidade maior de formação continuada para trabalhar com esses estudantes TEA, o processo de desenvolvimento escolar mediante as práticas pedagógicas se tornaria bem mais viável.

Neste sentido, com base no objetivo geral da pesquisa, foi possível mapear como se materializa a avaliação da aprendizagem para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados no EDUCARE no município de Sumé-PB, de modo que todos os estudantes TEA têm um cuidador educacional para lhes auxiliar nas atividades a serem desenvolvidas, visto que a proposta do programa EDUCARE em relação a esses estudantes TEA segue a mesma do ensino regular, desde que mantendo uma adaptação nas atividades e conteúdo a serem desenvolvidos buscando atender as necessidades de cada um, ainda sendo importante destacar que todos esses estudantes TEA desenvolvem bem o aprendizado e sabem ler e escrever. Desse modo, o processo de avaliação da aprendizagem se materializa de acordo com as atividades desenvolvidas em salas, participações e avaliação contínua.

Em consequente, também foi possível mapear os estudantes TEA na rede municipal de ensino, bem como caracterizar a prática avaliativa dos professores que atendem esses estudantes com TEA matriculados no EDUCARE, identificar os instrumentos de avaliação e analisar as formas de registro da aprendizagem desses estudantes.

Com esta pesquisa, ainda foi possível identificar que o programa EDUCARE consiste em uma proposta que fundamenta o ensino e aprendizagem de maneira a fortalecer as práticas

na área e fomentar ações a partir do planejamento, diagnóstico do acompanhamento e avaliação de alunos, em parceria com a sociedade civil, sensibilização de estudantes, família e professores.

Para tanto, diante da diversidade de conhecimentos e aprendizagens no decorrer desta pesquisa, fica evidente que uma formação continuada dentro dessa área da educação inclusiva, em suma, o autismo, só irá fortalecer cada vez mais o processo do desenvolvimento de ensino e aprendizagem desses estudantes. Visto que irá favorecer os docentes que irão atuar diretamente com esses estudantes que, porventura, possuam alguma deficiência para que consigam desenvolver suas práticas pedagógicas de forma a tentar atender as inquietações, necessidades e anseios tanto dos estudantes, quanto dos familiares que se envolvem nos processos educativos.

Assim, fica evidente tamanha importância de se trabalhar com esse tema e, principalmente, de continuar pesquisando e buscando compreender as políticas públicas que garantam uma educação gratuita, de qualidade e igualitária para todos, sem que haja exclusão ou preconceito com quem necessita de acompanhamento especial, e sim inclusão.

A partir dos momentos de aprendizado e experiências vivenciados no decorrer desta trajetória, é importante enaltecer a relevância da inclusão desses indivíduos na sociedade e na escola, assim como, consiste em uma fundamental tarefa para promover o bem-estar individual e garantir que todos possam se desenvolver, alcançar seus méritos e viver com respeito e dignidade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. S.; VIDIGAL, C. C.; CUNHA, N. R. S. Algumas **reflexões sobre o processo de avaliação do curso de administração na realizada UFV**, São Paulo: ANPED, 1991.
- BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. 2. ed. / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 92 p.
- BRASIL, Lei nº 12.764 de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm >acesso em 3 de outubro de 2023
- BRASIL, Lei nº 13.977 de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm#art2> acesso em 4 de outubro de 2023.
- BRASIL. Legislação de educação especial. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13020-legislacao-de-educacao-especial> Acesso em: 31 outubro 2023.
- BRASÍLIA, **Orientação Pedagógica** - Educação Especial. Secretaria de Estado do Distrito Federal. Brasília, 2010.
- Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde- BRATS**, p. 18, março de 2014.
- CANDEIAS, A.A.; TRINDADE, M. N. et al.. Inclusive Assessment - From theory to practice in some European countries”. In A. A. Candeias et al. (Coord.). **Proceedings of Iris Conference: Changing Practices in Inclusive Schools**. Cd-Rom. 2009.
- CAVALCANTE, Nahum Isaque dos Santos. **O Letramento Estatístico como Potencializador do Projeto Político da Convivência com o Semiárido**. 203 f. Tese (Doutorado em educação matemática e tecnológica), Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2022.
- CARVALHO, Rosita Euder. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Avaliação e processo de ensino aprendizagem**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v.3, p.53-61, set/out. 1997.
- COLL, César. **Psicologia e Currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do Currículo escolar**. 5. ed. São Paulo, Sp: Editora ática, 2007. 200 p
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. Avaliação escolar. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 11, n. 64, jul./ago. 2005.
- FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a Inclusão. **Revista da Educação**, v. XVI, n. 1, p. 5-20, 2000.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

Glat, R. (2018). **Políticas de inclusão e diversidade**: Avanços e recuos. In J. Najjar, & M. C. Vasconcelos (Orgs.), *A LDB e as políticas educacionais: Perspectivas, possibilidades e desafios, 20 anos depois* (pp. 187-197). Curitiba: Appris.

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **Rezinho Autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. São Paulo: nVersos, 2018.

HERMES, Soeli Regiane. Planejar, desenvolver e avaliar: o uso dos instrumentos de avaliação na aprendizagem. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde**. Paraná, v. 1, p. 20, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/ismar/Downloads/2014_unioeste_ped_artigo_soeli_regiane_hermes.pdf

HOFFMANN, Jussara M.L. **Avaliação**: mito e desafio - uma perspectiva construtivista. Educação e Realidade, Porto Alegre, 1991.

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sume/panorama>. Acesso em: 10 out. 2023.

JADE AUTISM. Dispõe sobre o software jade autismo. Disponível em: <https://www.jadeautism.com/historia-jade-autism>. Acesso em: 30 set. 2023.

LDB. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.

MCLAREN, P. **A vida nas escolas** – uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da Educação. Artes Médicas, Porto Alegre, 1997.

MELO, Adriana Souza de; SANTOS, Tania Serpa; SOUZA, Renata Simone Almeida de. Avaliação para alunos com autismo inseridos em salas regulares de uma escola pública do Estado de Pernambuco. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 4, 2 de fevereiro de 2021. Disponível em: [Revista Educação Pública - Avaliação para alunos com autismo inseridos em salas regulares de uma escola pública do Estado de Pernambuco \(cecierj.edu.br\)](https://www.revistaeducacao.org.br/revista-educacao-publica/2021/02/02/avaliacao-para-alunos-com-autismo-inseridos-em-salas-regulares-de-uma-escola-publica-do-estado-de-pernambuco-2021-02-02)

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. 2 ed. Universidade Aberta do Brasil, Fortaleza, 2012. p. 95. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Transtorno do déficit de atenção - TDAH**. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/transtorno-do-deficit-de-atencao-com-hiperatividade-tdah/>. Acesso em: 28 out. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social**: teoria, criatividade método e criatividade. 6. ed. trópolis, RJ: Vozes, 2007.

OSTI, Andréia; BRENELI, Rosely Palermo. **Sentimentos de quem fracassa na escola: análise das representações de alunos com dificuldades de aprendizagem**. Bagunça Paulista, V.18, n.3, p. 417-426, set/dez 2013.

PESSOA, C. **Cresce o número de alunos com deficiência matriculados nas escolas**: Desafios são debatidos neste Dia de Luta pela Educação Inclusiva. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2023-04/numero-de-alunos-com-deficiencia-na-escola-cresce-em-todo-pais>. Acesso em: 20 out. 2023.

PORTAL SUMÉ. **História de Sumé - PB**. Disponível em: <https://www.sume.pb.gov.br/historia/>. Acesso em: 15 out. 2023.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Unidade Municipal de Ensino Fundamental Presidente Vargas**, Sumé, 2020. Secretaria Municipal da Educação e Cultura, 2020.

PROPOSTA PEDAGÓGICA. **PROJETO EDUCARE**, Sumé. Prefeitura Municipal de Sumé/PB, Secretaria de Educação. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Élica Cristina Santos. **A prática pedagógica na inclusão educacional de alunos com autismo**. 2011, 166 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. 2011.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, José Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialético-libertadora do processo do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1994.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS DOCENTES

Nome:
Sexo: () Mas. () Fem. Idade:
Reside em: () área urbana () área rural
Categoria funcional: () Efetivo () Contratado () Celetista () Outro
Turno(s) de atuação nesta escola: () Matutino () vespertino () noturno
Turno(s) de atuação nesta escola: () Matutino () vespertino () noturno
Nesta escola é professor de turma: () EDUCARE () Outras
Atua como docente em outra escola? () sim () não
Atua em outra rede? () sim () não Caso sim, qual: () pública () privada
Escolaridade: () Ensino Superior (cursando) () Ensino Superior (concluído) () Especialização (cursando) () Especialização (concluído) () Mestrado (cursando) () Mestrado (concluído) () Doutorado (cursando) () Doutorado (concluído)
Atua em sua área de formação? () sim () não
Tempo de atuação como docente: () Menos de 1 ano () 1 a 2 anos () 3 a 4 anos () 5 a 7 anos () 7 a 10 anos () Mais de 10 anos
Tempo de atuação como docente em turmas do EDUCARE: () Menos de 1 ano () 1 a 2 anos () 3 a 4 anos () 5 a 7 anos () 7 a 10 anos () Mais de 10 anos
Tempo de atuação nesta escola: () Menos de 1 ano () 1 a 2 anos () 3 a 4 anos () 5 a 7 anos () 7 a 10 anos () Mais de 10 anos
O que você considera mais importante avaliar no aluno?
No seu entendimento, qual é a função da avaliação?
Você trabalha com EDUCARE fundamentado em algum teórico específico? Qual? Por quê
O material didático utilizado é condizente com a realidade do seu aluno? () sim () não
Quais as maiores dificuldades encontradas na prática do profissional do EDUCARE?

APÊNDICE B - ROTEIRO RELACIONADO AO ESTUDO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES COM AUTISMO (TEA)

- 1- Qual o número de alunos na sala de aula com Transtorno do Espectro Autista?
- 2- Como se dá o processo da aprendizagem dos estudantes com TEA em relação a sua didática e prática pedagógica?
- 3- Quais são os instrumentos de avaliação utilizados?
- 4- Os estudantes participam de alguma avaliação externa, municipal ou estadual (a exemplo da Prova Brasil)?
- 5- Qual maneira você considera importante para avaliar seus estudantes além dos testes e provas?
- 6- Quais os desafios dos professores diante da aprendizagem desses estudantes?
- 7- Quais as possíveis medidas a serem tomadas diante do comportamento dos estudantes TEA?
- 8- Quanto a comunicação dos estudantes TEA, como se dá a compreensão entre os professores e colegas na sala de aula?
- 9- Quais os recursos disponibilizados para a inclusão na avaliação escolar dos estudantes TEA?
- 10- Quanto ao planejamento pedagógico, como é feito a sistematização do ensino e da avaliação da aprendizagem desses estudantes?
- 11- Diante da inflexibilidade com mudanças na rotina, qual o desafio no processo de escolarização dos estudantes TEA?
- 12- Qual a proposta do programa EDUCARE em relação aos estudantes TEA?
- 13- O método Teacch é um programa de intervenção terapêutica educacional e clínico que está ligado ao tratamento da dificuldade de comunicação. Desta maneira, tem alguma formação ou informação sobre esse método Teacch?
- 14- Levando em consideração os estudantes TEA, qual o índice de aprovados e reprovados no decorrer do ano letivo?
- 15- Quais as formas de registro da aprendizagem desses estudantes TEA?
- 16- Qual a importância de falarmos sobre esses desafios a fim de encontrar soluções que visem a efetivação da inclusão escolar?